

» Entrevista | **ANDRÉ CORRÊA DO LAGO** | SECRETÁRIO DE CLIMA DO ITAMARATY

Embaixador diz que COP30 recebeu a missão de definir quem vai bancar as medidas de enfrentamento à emergência climática

“De Baku a Belém, em busca de US\$ 1,3 trilhão”

» VINICIUS DORIA

Para o principal negociador brasileiro no tabuleiro geopolítico das mudanças climáticas e nome mais cotado para assumir a presidência da próxima Conferência do Clima das Nações Unidas, no Brasil (COP30), US\$ 1 trilhão é o total da conta que a capital do Azerbaijão passou para o balcão da capital do Pará depois do fracasso da COP29, que não conseguiu definir quem vai bancar a transição energética e as medidas de enfrentamento à emergência climática.

Essa é a segunda entrevista exclusiva que o embaixador André Corrêa do Lago dá ao **Correio** nos últimos seis meses. A primeira foi em Baku, em outubro, quando o jornal acompanhou a última reunião de preparação da COP29, apelidada de COP das Finanças. Os organizadores acreditavam que iriam conseguir dos países ricos o dinheiro necessário para bancar os altíssimos investimentos necessários para revolucionar a economia do mundo e mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Deu errado.

O desafio brasileiro, agora, é evitar um novo fracasso na conferência de 2025. Até porque, lembra o embaixador, não há mais tempo a perder.

Baku empurrou para o balcão de Belém uma conta de US\$ 1 trilhão e disse: “Resolva isso”. Não é pouco...

Não, absolutamente. Baku aprovou até US\$ 300 bilhões com vista a até US\$ 1,3 trilhão. Então, há uma diferença significativa. E nós, realmente, recebemos esse mandato no sentido de que Brasil e Azerbaijão deveriam tentar fazer um plano sobre como passar de “300” para “1,3”. Esse exercício vai exigir um grande esforço, inclusive, de imaginação, porque Baku provou que não há um entendimento de onde encontrar esses recursos. Vamos precisar de muita originalidade. Mas o Brasil teve uma experiência muito interessante no G20. O nosso G20 se concentrou muito na questão do financiamento climático. Vamos dar continuidade ao trabalho que começamos no G20, com a força-tarefa de clima, com quem o Brasil fez o seguinte exercício: juntar a trilha financeira com a trilha de sherpas (negociadores) para buscar soluções da área financeira.

Como isso se deu, na prática?

Juntamos, pela primeira vez, as equipes dos ministérios da Fazenda, das Relações Exteriores e do Meio Ambiente, além do Banco Central, para procurarmos resultados. Foi muito interessante. No G20, até países como a Alemanha disseram para a gente que não fizeram esse exercício ‘em casa’ ainda, de juntar esses quatro órgãos para encontrar soluções. Para Belém, queremos ir mais fundo nesse exercício, que está sendo chamado ‘De Baku a Belém em busca de US\$ 1,3 tri’.

É um exemplo da dificuldade que os países desenvolvidos encontram para transformar a questão ambiental em uma questão transversal, que integre todas as instâncias de governo com a sociedade civil?

Temos que lembrar a origem do acordo da Convenção do Clima, que foi assinado no Rio de Janeiro na Conferência Rio-92, que tinha como título oficial ‘Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento’. A questão da mudança do clima envolve diretamente o desenvolvimento dos países. A dimensão econômica das mudanças do clima sempre

Vinicius Doria/CB/DA.Press



Essa antecipação da crise climática faz uma grande diferença nessa negociação porque todos os países estão sendo, de certa forma, pegos desprevenidos. A conta é muito alta para os países desenvolvidos também, e a responsabilidade deles, que era mais clara em Paris, hoje não está tão clara assim porque estão vendo que a conta ficou muito alta”

foi muito importante e, hoje, tornou-se óbvia. Todas as soluções para as mudanças climáticas exigem transformações econômicas em energia, transportes, a forma como as pessoas consomem, tudo tem que ser mudado. É por isso que é um imenso desafio. A transição para uma economia que leve em consideração a dimensão climática vai ser muito diferente de país para país. Mas, certamente, a questão do financiamento é essencial para todos.

Em 2015, na COP21, em Paris, havia um certo consenso de que os países ricos, que mais contribuem para o aquecimento global, deveriam arcar com a maior parte dos custos da transição. Um amplo acordo, que é referência até hoje, foi assinado. O que mudou do Acordo de Paris para cá?

Não sei se esse sentimento refluíu, mas, certamente, mudou por vários motivos. Primeiro, porque entrou na equação a noção de urgência, que era muito menor em Paris. É importante lembrar que os cientistas dizem que os fenômenos climáticos que vimos em 2023 e 2024 estavam previstos para 2040. Essa antecipação da crise climática faz uma grande diferença nessa negociação porque todos os países estão sendo, de certa forma, pegos desprevenidos. A conta é muito alta para os países desenvolvidos também, e a responsabilidade deles, que era mais clara em Paris, hoje não está tão clara assim porque estão vendo que a conta ficou muito alta.

Como essa conta se manifesta?

Vou dar um exemplo, que são os problemas que vemos na Europa. A transição energética está encarecendo a conta de luz das pessoas. Aí, os governos perdem eleições. Tudo é muito complexo. Agora, temos essa dimensão de política interna, que já existia, mas que, neste ano, está superforte, por exemplo, na França, na Alemanha, nos Estados Unidos. Então, além da questão interna, temos também uma dimensão geopolítica. Quem vai se preparar para essa nova economia? Eles querem, claro, ser os países que vão liderar essa nova economia.

Ainda há o fator Donald Trump, nos Estados Unidos. O futuro

Promessa

No Acordo de Paris, os governos se comprometeram em trabalhar para limitar em 1,5°C o aumento de temperatura média em relação aos níveis pré-industriais. Os países apresentaram planos de ação individual para reduzir as próprias emissões por meio da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês). O Brasil assumiu o compromisso de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% até o ano que vem, e em 43% em 2030, em relação aos níveis de emissões estimados para 2005.)

presidente da maior economia do planeta é um negociante climático. Essa posição pode contaminar outros países?

As circunstâncias geopolíticas tornam a COP30 particularmente complexa. O **Correio** notou, conversando com as pessoas em Baku, o quanto é grande a expectativa em relação à presidência brasileira da COP30. Muitos países, desenvolvidos e em desenvolvimento, acham que o Brasil é uma das poucas nações que podem fazer essa agenda avançar de maneira positiva.

De onde vem essa ideia da posição estratégica do Brasil?

Primeiramente, da tradição diplomática brasileira na área de meio ambiente, de clima, que começou bem antes da Rio-92, mas que é simbolizada pela Rio-92, pela Rio+20 (conferência que marcou os 20 anos da primeira reunião da Cúpula do Meio Ambiente na ONU, em 1992). Além dessa tradição, o mundo sabe que o Brasil é um país em desenvolvimento, mas que tem muita ciência, muita academia, muitas instituições, um setor privado forte. Ou seja, é uma sociedade muito ativa que, de certa forma, é capaz de vir com soluções porque existe toda essa riqueza, essa dinâmica dentro do país. Isso nos anima muito. Somos uma sociedade complexa e uma microversão do mundo, em que temos a

extrema riqueza e, infelizmente, a extrema pobreza. Mas nós temos aqui uma fábrica de soluções. É por isso que muitos países acreditam que o Brasil possa fazer a diferença na presidência da COP30.

Mas o Brasil acredita, internamente, que pode fazer essa diferença, que pode liderar esse processo?

Eu creio que a grande força do Brasil vem das características do país e do perfil de um governo que quer dar prioridade a esse tema. É um desafio enorme, mas, se a gente conseguir criar um grande debate interno, poderemos dar uma série de respostas a perguntas que o mundo está se fazendo em relação à evolução da agenda climática.

O Brasil é cobrado para que lidere esse processo pelo exemplo, mas ainda deve alguns avanços na questão ambiental. Dá para melhorar nossa imagem perante o mundo?

Há, no Brasil, aquela coisa tipo “tudo é verdade”, do Orson Welles. Aqui, tudo é verdade, nós temos, ao mesmo tempo, problemas como o desmatamento, mas mostramos capacidade para, em dois anos, reduzir o avanço desse desmatamento em 45%. É a maior redução de emissões do mundo nos últimos dois anos. Nós temos injustiças sociais imensas, mas temos programas sociais que são referência internacional. Nós temos que canalizar essa capacidade brasileira de encontrar soluções para chegar em Belém unidos, reconhecendo nossos desafios.

Esse debate traz alguns paradoxos. A União Europeia é uma importante parceira comercial do Brasil e tem uma grande consciência ambiental. Mas, nós temos um embate econômico com os europeus que envolve, diretamente, a questão ambiental, que é usada como argumento para proteger o mercado de lá. O que pode ser feito?

A palavra paradoxo é boa, muito apropriada para essa situação. Mas acredito que essa relação com a União Europeia — ainda mais por termos conseguido chegar a um acordo negociado com o Mercosul — é uma

etapa incrivelmente importante, com uma dimensão geopolítica igualmente importante. Estamos unindo duas regiões que ainda acreditam em um modelo de desenvolvimento baseado na democracia, na justiça social e no desenvolvimento sustentável. Mas, quando se coloca comércio no meio, a coisa se complica. Naturalmente, todos querem defender seus interesses.

Como consolidar esse acordo de livre-comércio firmado recentemente entre o Mercosul e a União Europeia?

Nós temos que manter esse debate, mas deve ser baseado em dados reais, em métricas acordadas mutuamente e, conseguindo isso, acredito que esse acordo pode ser uma referência invejada por muitos outros países. Afinal, será a maior zona de livre-comércio do mundo, não se pode subestimar a importância dessa negociação. Mesmo muito tarde na negociação, o Brasil conseguiu algumas mudanças importantes, defendeu os interesses brasileiros de forma muito significativa.

Até que ponto o pragmatismo brasileiro nas questões comerciais nos ajuda a enfrentar esse momento geopolítico tão delicado, em que todo mundo desconfia de todo mundo?

A primeira obrigação de uma diplomacia é defender os interesses do seu país. E a primeira coisa que nos vem à mente é a paz. A confiança na nossa diplomacia vem muito do fato de que nós cumprimos a primeira obrigação da diplomacia, que é a paz. Mas o Brasil também tem longa tradição em negociações comerciais, de defesa dos interesses brasileiros no comércio. Essa defesa está muito relacionada à questão ambiental. A maioria das barreiras criadas ao longo das duas últimas décadas foram, em grande parte, resolvidas na OMC (Organização Mundial do Comércio) ou por legislações internacionais.

Mas, agora, as barreiras vêm, justamente, do debate ambiental...

A questão ambiental acaba sendo, hoje, uma das questões que nós precisamos desenvolver padrões internacionais que resolvam as disputas comerciais de um país como o Brasil, que alega que são desvios dos acordos

ambientais, dos acordos climáticos. Se a gente pegar a declaração do Rio-92, vamos ver que isso não é novo. Diz, no princípio 12, que “medidas de política comercial para propósitos ambientais não devem constituir-se em meios para imposição de discriminações arbitrárias ou injustificáveis, ou em barreiras disfarçadas ao comércio internacional”.

Já se previa, então, há 20 anos, que as questões ambientais poderiam ser usadas como instrumento de pressão em disputas comerciais?

Já em 92, as pessoas já estavam vendo, nessa questão comercial, uma nova forma de barreira comercial. Na época, havia várias outras, como subsídios, direitos humanos, vários motivos que sempre vão aparecendo. Aí você vê, em 2024, isso aflorar de maneira claríssima na política de um grande parceiro comercial (União Europeia) é uma coisa chocante para o contexto internacional. Acredito que, entre grupos de países democráticos, com sociedade civil consiente, com racionalidade, liberdade de expressão, tenho certeza de que isso pode ser resolvido.

A leitura desse princípio da Carta do Rio-92 revela mais um exemplo da dificuldade que a comunidade internacional tem de tirar medidas do papel para que possam ser postas em prática. Essa foi uma das principais críticas à COP29, em Baku. Como recado para Belém, não está passando da hora de acabar com as discussões eternas e partir para a ação?

Esse é o nosso desafio. Esse é o ponto essencial. O Acordo de Paris e a Convenção do Clima mostram que são consensos muito bons para negociação de decisões de grande importância não só para combater a emergência climática, mas, também, para as economias, para uma transição energética justa. De fato, o grande desafio é conseguir fazer disso algo implementado. É nesse contexto que, durante a COP de Baku, o presidente Lula, no G20 do Rio, na sessão sobre desenvolvimento sustentável e clima, lançou a proposta de criação do Conselho de Mudanças do Clima das nações Unidas. E por que criar um conselho? Porque o próprio presidente Lula, na Conferência de Sharm-el-Sheik (no Egito, em 2022), ainda como presidente eleito, comentou o quanto era frustrante assinar tantos papéis e ter tão poucos resultados. Nem são tão poucos assim, mas muito menos do que deveríamos ter.

Mas o que poderia mudar com a criação de um conselho vinculado à ONU?

A ideia do conselho é ter, nas Nações Unidas, uma estrutura que realmente tenha autoridade sobre os demais órgãos da própria ONU. A Convenção do Clima tem um papel muito limitado. Esse é mais um órgão entre muitos, e que não pode dar ordens a esses outros órgãos. Um conselho poderia ser muito mais efetivo em conseguir que todas as nações signatárias executem o que se decide no contexto das mudanças do clima. As Nações Unidas também têm que iniciar e fortalecer o diálogo com as instituições de Bretton Woods, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Bird (Banco Mundial), e com os bancos de desenvolvimento em geral. Como as soluções de combate à emergência do clima têm que ser econômicas, esses órgãos têm muito mais impacto sobre essa dimensão. Chega de negociar documentos com êxito que não sejam, depois, implementados.